



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO VALDENIR ANTONIO POLIZELI

TRIBUNAL PLENO DE 06/12/17

ITEM Nº 30

PEDIDO DE REEXAME

30 TC-000155/026/14

Município: Sabino.

Prefeito(s): Pedro de Paula.

Exercício: 2014.

Requerente(s): Pedro de Paula

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 16-08-16, publicado no D.O.E. de 03-09-16.

Advogado(s): Neusa Maria Gavirate (OAB/SP nº 64.868).

Acompanha(m): TC-000155/126/14.

Procurador(es) de Contas: Renata Constante Cestari.

Fiscalização atual: UR-1 - DSF-I.

PEDIDO DE VISTA DO CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO

VOTO PROFERIDO NA SESSÃO DE 22/11/17

A Colenda Primeira Câmara decidiu emitir Parecer desfavorável às CONTAS DO PREFEITO DE SABINO, relativas ao exercício de 2014, em razão da falta de recolhimento dos valores devidos ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS afetos às competências de novembro, dezembro e 13º de 2014 (parcela patronal).

Censuraram-se, ainda, o déficit orçamentário de 7,92%, a deficiência financeira (R\$ 2.020.370,91) superior a um mês da arrecadação municipal (R\$ 1.623.990,90), bem assim a iliquidez para suportar os compromissos de curto prazo (índice de iliquidez imediata 0,43).

Em Pedido de Reexame (expediente TC-000701/004/16 - fls.415/430) o CHEFE DO EXECUTIVO, Senhor PEDRO DE PAULA, destaca que o crescimento do



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

déficit orçamentário adveio de investimentos na ordem de R\$ 1.336.592,97 voltados à aquisição de bens móveis e à realização de obras e instalações, notadamente aquelas suportadas por recursos oriundos de convênios celebrados entre a Prefeitura e os Governos Federal e Estadual.

Segundo o recorrente, a amortização de diversas dívidas (R\$ 1.076.900,00) e a reposição salarial de 5,615% concedida aos servidores também refletiram na apuração do resultado da execução orçamentária.

Pleiteia, ainda, a dedução do respectivo cálculo da importância empenhada e liquidada no exercício de 2014 (R\$ 378.529,78) com recursos referentes à receita arrecadada do período anterior, bem assim do valor afeto aos restos a pagar de 2014, anulados em 2015 (R\$ 26.094,75). Deste modo, o déficit orçamentário decairia para 5,76% e a deficiência financeira para R\$ 968.563,04, valor equivalente a 15 dias de arrecadação municipal.

De acordo com Responsável, excluídas do saldo da dívida de curto prazo as quantias (R\$ 319.530,06) referentes aos débitos previdenciários parcelados junto à Receita Federal do Brasil e ao cancelamento de restos a pagar registrado no período (R\$ 26.094,75), o índice de liquidez imediata alcançaria 0,52.

Por fim, procura comprovar, por meio de documentos juntados aos autos, o efetivo recolhimento de parte (R\$ 469.605,35) da dívida previdenciária relativa às competências de novembro, dezembro de 13º salário de 2014 (R\$ 647.183,34) em 11.12.14, com vistas a demonstrar que o parcelamento importou quantia (R\$ 177.577,99) inferior àquela censurada em primeira instância (R\$ 647.183,34).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Após observar que a realização das despesas de capital permaneceu abaixo da sua respectiva previsão, Unidade de Economia afasta os argumentos da origem de que o desequilíbrio censurado derivou de investimentos operados no período em apreço. Opina pelo desprovemento do apelo (fls.435/436).

Assessoria Técnica (fls.437/439) e **Chefia de ATJ** (fl.440) consideram que o posterior parcelamento da dívida previdenciária não derroga a censurada inadimplência de parte dos valores exigíveis no exercício. Manifestam-se pelo conhecimento e não provimento do recurso.

A Apresentação de insuficientes argumentos para reverter impropriedades impugnadas em primeira instância motivou o d. **Ministério Público** a recomendar o conhecimento e desprovemento do Pedido de Reexame (441/444).

Por outro lado, **SDG** pondera possa ser afastada a falta do recolhimento dos valores devidos ao INSS diante da legitimidade da adesão da Prefeitura ao "REFIS Previdenciário", conferida pela Lei Federal nº 13.485/17.

Por via de consequência, retifica sua manifestação pretérita, deduzindo a importância relativa à dívida da espécie (débitos previdenciários - 2014 - R\$ 647.183,34) do montante afeto ao déficit financeiro do período.

Assim, atesta que a deficiência financeira alcançou patamar (R\$ 1.373.187,57 - 25 dias) inferior a um mês de arrecadação municipal (R\$ 1.644.073,03). Neste contexto, pronuncia-se pelo provimento do recurso com vistas à emissão de parecer favorável às contas de Sabino, exercício de 2014 (fls.446/450).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Enquanto em discussão na 38ª sessão ordinária do E. Tribunal Pleno, realizada, em 22/11/17, o e. Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho solicitou vista dos autos.

É o relatório.

GCECR
JMCF



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

TC-000155/026/14

VOTO

Preliminar.

Recurso em termos, dele **conheço**.

Mérito.

A decisão recorrida censurou a falta de recolhimento dos valores devidos ao regime geral de previdência - INSS (parcelas patronal - competências novembro, dezembro e 13º de 2014 - R\$ 647.183,34), no exercício examinado e a consequente inserção do montante envolvido em pedido de parcelamento efetuado junto à Receita Federal do Brasil naquele período.

Nada obstante, sobreveio a recente Lei Federal nº 13.485/17 que, em seu artigo 1º¹, possibilitou aos entes federados parcelar em até 200 (duzentas) vezes as pretéritas obrigações da espécie vencidas até 30.04.17, ainda que oriundas de anterior refinanciamento parcialmente quitado.

¹ **Art. 1º** Os débitos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas autarquias e fundações públicas, relativos às contribuições sociais de que tratam as alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, inclusive os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, vencidos até 30 de abril de 2017, e os de contribuições incidentes sobre o décimo terceiro salário, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, poderão ser pagos em até duzentas parcelas, conforme o disposto nesta Lei



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Além disso, mitigou a incidência de multas e de juros de mora sobre o passivo a pagar, conforme o previsto no artigo 2º, incisos I e II, alíneas "a" e "b", da lei².

Informação constante do relatório produzido por SDG, indica que o município aderiu ao "REFIS Previdenciário" previsto na aludida Lei Federal nº 13.485/2017, para o fim de refinanciar sua dívida (R\$ 10.427.472,30) junto ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS em 120 parcelas.

Decisão do E. Tribunal Pleno (sessão de 01.11.17), relativa ao Pedido de Reexame afeto às contas do Prefeito de Jarinú, exercício de 2014 (TC-000091/026/14), atribuiu efeitos retroativos à referida Lei Federal nº 13.485/17 para o fim de afastar censura à falta de quitação dos encargos devidos ao regime geral de previdência social no período em apreço (2014), diante da adesão daquele município ao aludido programa de refinanciamento dos débitos da espécie.

Neste contexto, diante da similaridade da matéria aventada nestes autos com aquela exaustivamente retratada no mencionado processo relativo às mencionadas contas do Prefeito de Jarinú, exercício de 2014 (TC-000091/026/14), é

² **Art. 2º** Os débitos a que se refere o art. 1º desta Lei poderão ser quitados, no âmbito de cada órgão, mediante:

I - o pagamento à vista e em espécie de 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) do valor total da dívida consolidada, sem reduções, em até seis parcelas iguais e sucessivas, vencíveis entre julho e dezembro de 2017; e

II - o pagamento do restante da dívida consolidada em até cento e noventa e quatro parcelas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com reduções de:

a) 40% (quarenta por cento) das multas de mora, de ofício e isoladas e dos encargos legais e de 25% (vinte e cinco por cento) dos honorários advocatícios; e

b) 80% (oitenta por cento) dos juros de mora.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

possível tolerar a anomalia detectada, recomendando-se à origem que doravante recolha regularmente as obrigações previdenciárias.

Demais, documentos que acompanham as razões recursais demonstram ter o Executivo, por meio do empenho nº 6.216 e do cheque nº 851058 do Banco do Brasil (doc.19 do anexo ao expediente TC-000701/004/16), recolhido no próprio exercício examinado (1º/12/14), a importância de R\$ 469.605,35, referente à prestação inicial do supradito refinanciamento dos débitos da espécie, remanescendo a pagar a quantia de R\$ 177.577,99 (R\$ 647.183,34 - R\$ 469.605,35).

Vale recordar que na oportunidade em que se apreciaram as contas em primeira instância, inexistia a demonstração de que os referidos débitos previdenciários haviam sido liquidados no final do exercício em exame. Assim, adicionou-se o respectivo montante (R\$ 647.183,34) ao total do déficit financeiro apurado pela fiscalização.

Entretanto, diante da comprovação de que o recolhimento ocorreu dentro do período em apreço (1º.12.14), conclui-se que o respectivo valor efetivamente quitado (R\$ 469.605,35), por consequência lógica, já havia integrado os balanços da Prefeitura que serviram de base para a Fiscalização apontar o déficit financeiro consignado no relatório de inspeção (R\$ 1.373.187,57).

Assim, neste momento, com vistas a evitar duplicidade do cômputo do montante envolvido no cálculo da apuração da deficiência financeira, é de rigor deduzir-se do montante do déficit financeiro considerado em primeira instância (R\$ 2.020.370,91), quantia relativa ao efetivo recolhimento dos encargos previdenciários, realizados no final do exercício em exame (R\$ 469.605,35).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Refazendo-se as contas³, constata-se déficit financeiro (R\$ 1.550.765,56 - 28,64 dias de arrecadação municipal) inferior a um mês da arrecadação municipal (1.623.990,90), podendo-se, à luz da pacífica jurisprudência deste Tribunal, ser afastada dos fundamentos da decisão de primeira instância que rejeitou as contas em apreço.

Por fim, a insuficiência financeira para suportar os compromissos imediatos (índice de liquidez imediata - 0,43), por si só, não possui força para comprometer os balanços em exame. Todavia, severa advertência deverá ser encaminhada ao Executivo para que equalize sua dívida de curto prazo.

Nestas circunstâncias, acompanho SDG e voto pelo **provimento** do presente Pedido de Reexame para o fim de se emitir Parecer favorável às CONTAS DO PREFEITO DE SABINO, relativas ao exercício de 2014.

GCECR
JMCF

³ Déficit Financeiro considerado em 1ª instância - R\$ 2.020.370,91
(-) Contribuições previdenciárias recolhidas em 2014 - R\$ 469.605,35
(=) Déficit Financeiro - R\$ 1.550.765,56